

## ACTA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO DA REVISÃO DO PDM DE TABUAÇO

Aos três dias do mês de Março de dois mil e dez, pelas onze horas, no Município de Tabuaço, reuniu a Comissão Técnica de Acompanhamento, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Ponto de situação dos trabalhos de elaboração do PDM
2. Programação dos trabalhos com vista à conclusão do PDM
- 3- Outros assuntos de interesse para o Plano.

Estiveram presentes:

Câmara Municipal de Tabuaço:

Arqt.º Fausto Magalhães;

Arqt.º Luís Pretarouca.

Eng.º Alcino Loureiro

CCDRN (Comissão de Coordenação de Desenvolvimento do Norte):

Arqt.ª Rosário Magalhães.

EP (Estradas de Portugal):

Eng.º Paulo Marques.

Vastus (Equipa do Plano):

Arqt.ª Isabel Matias;

Direcção Regional da Cultura do Norte

Arqt.ª Carla Ribatua;

Dr. Orlando Sousa.



Direcção Regional da Agricultura e Pescas do Norte  
Eng.º Casimiro Monteiro  
Eng.º José Luis Gonçalves

Foi convocado, mas não esteve presente o representante da DREN (Direcção Regional de Economia do Norte):

A representante da CCDR deu início à reunião, dando as boas vindas aos representantes das entidades presentes, iniciou os trabalhos.

#### 1- Ponto de situação dos trabalhos de elaboração do PDM

A proposta do PDM foi apresentada pela coordenadora da Equipa do Plano, onde explicou a planta de condicionantes e a de ordenamento.

Foram analisadas as duas cartas.

As entidades presentes não questionaram as propostas nem discordaram das mesmas, apenas fizeram algumas observações pontuais relativamente à representação nas cartas.

#### 2. Programação dos trabalhos com vista à conclusão do PDM.

Apreciação dos pareceres do Relatório de Factores Críticos para a Decisão apresentado às diversas entidades previstas na lei.

Ficou recordado que a Câmara enviaria um exemplar do relatório para o gabinete da Estrutura de Missão do Douro, uma vez que um dos factores considerados críticos pela equipa foi precisamente a Paisagem e que até à data ainda não o tinha feito.

#### 3- Programação do seguimento dos trabalhos.

Após a entrega da versão final da proposta do PDM na CCDR acompanhada do Relatório Ambiental, serão seguidos os procedimentos previstos pelo artigo 77º Decreto - Lei nº 380/99, de 22 de Setembro com as alterações introduzidas pelo Decreto - Lei nº 316/2007, de 19 de Setembro, com o objectivo de terminar a Revisão do Plano Director Municipal de Tabuaço.



E nada mais havendo a tratar, foi dada como encerrada a reunião.

Tabuaço, 3 de Março de 2010

Os representantes da CTA (folha em anexo)



# PDM de Taboaco

6º Reunião / 3 de Junho / 2010

NOME	ENTIDADE	CONTACTO
ORLANDO SOUSA	DRE NORTE	OSOUSA@CULTURA NORTE.PT (minúsculas)
CARLA RIBATUA GUEDES	DRCN	cguedes@culturanorte.pt
Fausto Magalhães	ERT	fausto.magalhaes@em-taboaco.pt
Luís Filipe Pestanoga	C.H.T.	Luís.PESTANOCA@em-taboaco.pt
Isabel Maria Matias	VASTU, Lda	isabel.matias@mail.filifac.pt
Jose Luis Goncalves	DRAPN	Vurtis@mail.filifac.pt
Rosário Monteiro	DRAPN	J.goncalves@drapn.min-agricultura.pt
Alvaro Lourenço	C.H. Taboaco	Rosario.monteiro@drapn.min-agricultura.pt
Paulo Marques	ESTRADAS DE PORTUGAL (DELEGAÇÃO REGIONAL DE VISEU)	alvaro.lourenco@em-taboaco.pt
Rosário Magalhães	CCDR-N	paulo.marques@estradasdeportugal.pt
		rosario.magalhaes@ccdr-n.pt





ACTA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO DA REVISÃO DO PDM DE TABUAÇO

Aos quatro dias do mês de Junho de dois mil e oito, pelas onze horas, no Município de Tabuaço, reuniu a Comissão Técnica de Acompanhamento, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apresentação para apreciação da proposta da REN
2. Apresentação da proposta da definição de âmbito da Avaliação Ambiental.
3. Programação do seguimento dos trabalhos.

Estiveram presentes:

Câmara Municipal de Tabuaço:

Sr. Presidente, Dr. José Carlos Pinto dos Santos;

Arqt.º Fausto Magalhães;

Arqt.º Luís Pretarouca.

CCDRN (Comissão de Coordenação de Desenvolvimento do Norte):

Arqt.ª Rosário Magalhães.

DGRF (Núcleo Florestal do Douro):

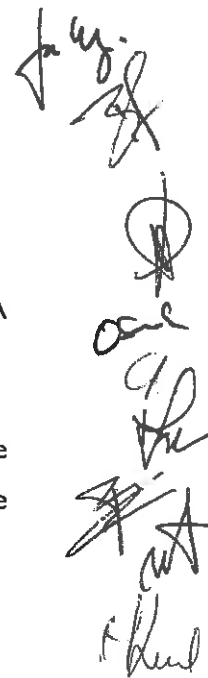
Eng. Borges Carneiro.

DREN (Direcção Regional de Economia do Norte):

Dr. Carlos Tojeiro Fonseca.

EP (Estradas de Portugal):

Eng. Maria de Lurdes.





Vastus (Equipa do Plano):

Arqt.ª Isabel Matias;

Dr. Pascal Pereira.

Direcção Regional da Cultura do Norte

Arqt.ª Carla Ribatua;

Dr. Orlando Sousa.

Foi convocado, mas não esteve presente o representante da Direcção Regional da Agricultura de Trás-os-Montes.

O Senhor Presidente da Câmara deu início à reunião, dando as boas vindas aos representantes das entidades presentes, dando a palavra à representante da CCDRN, que iniciou os trabalhos.

#### 1- Apresentação para apreciação da proposta de delimitação da REN

A proposta de delimitação da REN foi apresentada pela coordenadora da Equipa do Plano, onde explicou e justificou a metodologia utilizada.

Foram analisadas na proposta caso a caso as áreas de exclusão e inclusão.

As entidades presentes não questionaram as propostas nem discordaram das mesmas.

A proposta final da REN, foi aprovada, por unanimidade.

#### 2- Apresentação da proposta da definição de âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica;

A coordenadora da equipa do plano fez a apresentação do Relatório de Factores Críticos para a Decisão que deverá ser apresentado às diversas entidades previstas na lei para apreciação.

Ficou acordado que a Câmara enviará um exemplar do relatório para o gabinete da Estrutura de Missão do Douro, uma vez que um dos factores considerados críticos pela equipa foi precisamente a Paisagem.

#### 3- Programação do seguimento dos trabalhos.

Após aprovação da REN pela Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional, e da aprovação do âmbito do Relatório Ambiental, serão seguidos os procedimentos previstos pelo

Handwritten notes and signatures on the right margin, including the number '43' and several illegible signatures.



artigo 77º Decreto - Lei nº 380/99, de 22 de Setembro com as alterações introduzidas pelo Decreto - Lei nº 316/2007, de 19 de Setembro, com o objectivo de terminar a Revisão do Plano Director Municipal de Tabuaço.

E nada mais havendo a tratar, foi dada como encerrada a reunião.

Tabuaço, 4 de Junho de 2008

Os representantes da CTA

~~António Augusto~~  
António Augusto  
Barralino  
José P. P. P.  
Oliveira E. F. S. S.  
Carle de Tabuaço Tabuaço de Porto Queido  
José de Tabuaço Tabuaço de Porto Queido  
Carlos Teodoro de Tabuaço  
Isabel Maria Ant  
Hávia de Almeida J. Almeida



ACTA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO DA REVISÃO DO PDM DE TABUAÇO.

Aos vinte dias do mês de Dezembro do ano dois mil e sete, pelas quinze horas e trinta minutos, na Biblioteca da Antiga Escola Macedo Pinto do Município de Tabuaço, reuniu a Comissão Técnica de Acompanhamento, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Apresentação da Acta da 3ª Reunião;
- 2- Apresentação para apreciação da proposta da RAN;
- 3- Adaptação do PDM ao novo Decreto-Lei nº 316/2007, de 19 de Setembro;
- 4- Programação do seguimento dos trabalhos.

Estiveram presentes:

Câmara Municipal de Tabuaço:

Sr. Presidente, Dr. José Carlos Pinto dos Santos.

Arqt.º Fausto Magalhães

CCDRN (Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte):

Arqt.ª Rosário Magalhães.

DGRF (Núcleo Florestal do Douro):

Eng.º Francisco Leite da Silva.

DREN (Direcção Regional de Economia do Norte):

Dr. Carlos Tojeiro Fonseca.

DRATM (Direcção Regional da Agricultura de Trás os Montes):

Eng. José Casimiro Monteiro.





VASTUS (Equipa do Plano):

Arqt.ª Isabel Matias.

Foram convocados, mas não estiveram presentes os representantes da DGOTDU (Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano) e do Ex. IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico).

O Senhor Presidente da Câmara deu início à reunião, dando as boas vindas aos representantes das entidades presentes, dando a palavra à representante da CCDRN, que iniciou os trabalhos.

#### 1-Aprovação da Acta da 3ª Reunião

A Acta da 3ª reunião da CTA foi aprovada e assinada pelos presentes, ficando a mesma de ser enviadas aos restantes representantes da 3ª reunião, para assinatura da mesma.

#### 2-Apresentação para apreciação da proposta da RAN

A proposta da nova RAN foi apresentada pela coordenadora da Equipa do Plano, onde explicou e justificou a metodologia utilizada e apresentou a inclusão e exclusão de algumas áreas, tendo a proposta final sido aprovada por unanimidade pelos presentes.

De seguida, foram assinados os cinco processos da RAN pelo Sr. Presidente da Câmara, pelo representante da DRATM (Direcção Regional da Agricultura de Trás os Montes) e pela representante da CCDR-N para, posteriormente, serem enviados para aprovação pela Comissão da Reserva Agrícola, juntamente com cópia da presente acta.

#### 3-Adaptação do PDM ao novo Decreto-Lei nº 316/2007, de 19 de Setembro

Foi alertada a Equipa do Plano, por parte da representante da CCDR-N, para a necessidade de adaptação do PDM à nova Legislação, às alterações introduzidas pelo Decreto - Lei nº 316/2007, de 19 de Setembro ao Decreto - Lei nº 380/99, de 22 de Setembro e, dar cumprimento ao parecer emitido pela representante da DGOTDU, parecer este com que a representante da CCDR concorda e subscreve.

Foi posto à consideração do Sr. Presidente da Câmara, se pretendia alterar a Comissão Técnica de Acompanhamento do PDM, actualmente em funcionamento, para "Comissão de Acompanhamento" de acordo com a Portaria nº 1474/2007, de 16 de Novembro, agora em vigor.

O Sr. Presidente, decidiu manter a CTA, face ao estado avançado do PDM, e para evitar atrasos no mesmo.



4-Programação do seguimento dos trabalhos

Por último, ficou acordado a Câmara Municipal enviar o mais rapidamente possível o Processo da RAN, agora aprovado por unanimidade nesta reunião, para a Comissão da Reserva Agrícola, para análise e aprovação.

A coordenadora da equipa do plano referiu, que após várias reuniões sectoriais sobre o Processo da REN com os serviços técnicos de DOGET, deu entrada na CCDR, no início desta semana, o Processo da REN para análise.


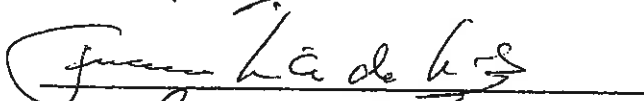
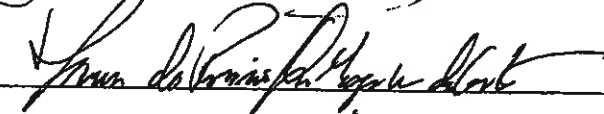
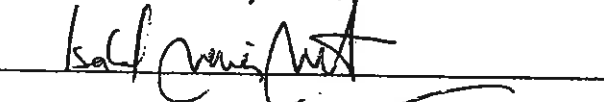
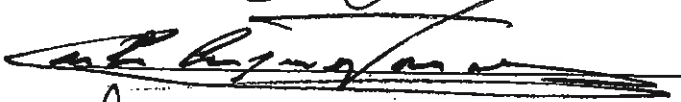
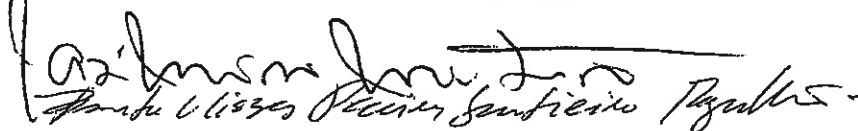
A coordenadora da equipa do plano referiu, ainda, que irá proceder à elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica, com o objectivo de apresentação do Relatório Ambiental, de acordo com a alínea c) do nº2 do artigo 86º Decreto Lei nº 380/99 de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Lei nº 316/2007, de 19 de Setembro.

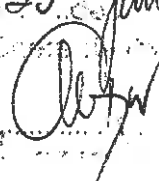
Ficou ainda acordado que após aprovação da RAN e da REN pelas entidades competentes, e a apresentação do relatório ambiental será enviado para cada uma das entidades envolvidas neste processo um exemplar do PDM para apreciação, sendo, posteriormente, e de acordo com os prazos previstos na lei, agendada uma reunião para a conferência de serviços com todas as entidades, que compõem a CTA da Revisão do PDM de Tabuaço.

E nada mais havendo a tratar, foi dada como encerrada a reunião.

Tabuaço, 20 de Dezembro de 2007

Os representantes da CTA:

CÂMARA MUNICIPAL DE TABUAÇO  
É responsável por enviar os exemplares do Plano  
de Revisão do PDM para análise da Comissão  
Municipal de Reserva Agrícola.  
CÂMARA MUNICIPAL  
Tabuaço, 23 Janeiro 2008  








## ACTA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO DA REVISÃO DO PDM DE TABUAÇO

Aos vinte e quatro dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e sete, pelas onze horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Comissão Técnica de Acompanhamento, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aprovação da acta da 2ª Reunião.
2. Apreciação da 2ª fase – estudo prévio de proposta do plano – justificação e orientações gerais / trabalho já enviado pela C.M. a todos os representantes;
3. Programação do seguimento dos trabalhos.

Estiveram presentes:

Câmara Municipal de Tabuaço: Sr. Presidente Dr José Carlos Pinto dos Santos, Engº Alcino Loureiro, Arqº Fausto Magalhães.

Equipa do Plano-Vastus,Lda: Arq.ª Isabel Matias e Arq. Adriano Borges

CCDRN: Arq.ª Rosário Magalhães

IPPAR: Arq.ª Carla Ribatua

IPArqueologia: Dr. Gertrudes Branco

E.P.- Estradas de Portugal: Eng. Maria de Lurdes Gouveia Almeida

DRATM: Eng. José Casimiro Monteiro

DRE- Norte: Dr. Carlos Tojeiro Fonseca

DGEMN-C: Arq. Antero Castanheira Carvalho

Foi convocado, mas não esteve presente, o representante da DGOTDU.

O Senhor Presidente da Câmara deu início à reunião, dando as boas vindas aos representantes das entidades presentes, dando a palavra, à representante da CCDR, que iniciou os trabalhos.





1. Aprovação da acta da 2ª Reunião.

A acta da 2ª reunião da CTA foi enviada previamente a todos os elementos, tendo sido aprovada e assinada pelos presentes.

2. Apreciação da 2ª fase – estudo prévio de proposta do plano – justificação e orientações gerais / trabalho já enviado pela C.M. a todos os representantes;

A coordenadora da equipa fez uma breve apresentação dos conteúdos e objectivos a atingir, plasmados nos documentos já elaborados, nomeadamente sobre a segunda fase do trabalho – Estudo Prévio.

Estes documentos suscitaram algumas observações por parte dos vários representantes das entidades presentes, das quais se salienta como aspectos a reter:

-Reequacionar (ponderar) os perímetros urbanos propostos, ficando acordada a metodologia de trabalho já utilizada na elaboração e acompanhamento de outros PDM, pela avaliação in loco da redefinição dos perímetros urbanos, podendo, assim, comparar a realidade local com a proposta do anterior plano e a nova proposta de revisão, a efectuar pelos técnicos da Câmara, Equipa técnica e CCDR:

Definiu –se os critérios a seguir na delimitação das áreas urbanas:

Morfologia/Território;

Variação da população 1991/2001;

Dinâmica do Parque Habitacional;

Terrenos urbanos e urbanizáveis onde não existiu pressão;

Áreas impróprias para edificação.

-O representante da DRATM- propôs a metodologia a seguir para a marcação da carta da RAN, fornecendo à equipa um memorando, por escrito, do método a seguir e o nº de exemplares a apresentar para a análise do processo e, posterior aprovação da RAN do Município de Tabuaço na Comissão da Reserva Agrícola.

A equipa fez a entrega ao colega dos serviços de agricultura dos mapas da RAN existente, sobreposta com os ortofotomapas;

-A representante das Estradas de Portugal fez referência às áreas de protecção, a considerar de acordo com a legislação em vigor, tendo em conta o PRN.

O presidente da Câmara defendeu a ligação de Tabuaço a Armamar e a sua continuidade na ligação mais rápida à A24.

Foi, ainda, referida a necessidade de:



- Ajustar o PDM às carências económicas sociais e ambientais, actuais e futuras, do Município de Tabuaço e da Região Demarcada do Douro.
- Adaptação do plano ao novo regime jurídico dos instrumentos de Gestão Territorial.
- Harmonização do PDM com o Plano da Bacia Hidrográfica do Douro, PIOTADV, e o POARC.

Por ultimo, ficou acordado proceder-se a reuniões sectoriais para definição dos perímetros urbanos com visita ao terreno com a Câmara, a equipa e a representante da CCDR, bem como com o representante dos serviços da DRATM para a elaboração da carta da RAN com o objectivo de cumprir os critérios e directrizes para a proposta de delimitação desta reserva.

E nada mais havendo a tratar foi dada como encerrada a reunião.

Porto 24 Janeiro de 2007

Os representantes da C.T.A.:

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---







ACTA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO DA REVISÃO DO PDM DE TABUAÇO

cl. HA  
HA  
HA  
HA

Aos vinte e oito dias do mês de Junho do ano de dois mil e seis, pelas onze horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Comissão Técnica de Acompanhamento, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.- Apresentação por parte da Equipa do Plano dos Estudos de Diagnóstico
- 2.- Apreciação da 2ª fase – estudo prévio de proposta do plano – justificação e orientações gerais / trabalho já enviado pela C.M. a todos os representantes
- 3.- Programação do seguimento dos trabalhos.

Estiveram presentes:

CCDRN: Arq.ª Rosário Magalhães

IPPAR: Arq.ª Carla Ribatua

Câmara Municipal de Tabuaço: Sr. Presidente Dr José Carlos Pinto dos Santos, Engº Alcino Loureiro, Arqº Fausto Magalhães e Carlos Carvalho.

Equipa do Plano: Arq.ª Isabel Matias e a Eng.ª Florestal Isabel Linhares Branco

Foram convocados, mas não estiveram presentes, os representantes do Direcção Regional Economia Norte, da Direcção Regional Educação do Norte, Direcção Regional Agricultura de Trás-os-montes.

O Senhor Presidente da Câmara deu início à reunião, dando as boas vindas aos representantes das entidades presentes, dando a palavra, à Coordenadora da Revisão do Plano Director Municipal de Tabuaço para apresentação do Estudo Prévio.

A coordenadora da equipa fez uma breve apresentação dos conteúdos e objectivos a atingir plasmados nos documentos já elaborados na Revisão do PDM, nomeadamente a caracterização e diagnóstico e as linhas de orientação estratégica seguidas para a realização da segunda fase do trabalho – Estudo Prévio.

Estes documentos já foram aprovados, por unanimidade, pelos representantes da CTA na reunião de 17 de Outubro de 2003.





Da intervenção e, relativamente à caracterização, salienta-se como aspectos a reter:

- A degradação real do valor da paisagem e do património, causada pelos incêndios
- O lixo, espalhado pelo território, sobretudo junto às linhas de água e bermas de estradas
- A descaracterização arquitectónica e urbanística em alguns aglomerados, como o de "Sendim".

Os dados objectivos e quantificados que enformam o relatório a saber:

- O decréscimo acentuado da população, desde os anos 60, com uma diminuição da população de 14 % na década de 90;
- O decréscimo populacional em todas as freguesias com a sede do concelho a registar a menor perda de população, diminuindo cerca de 2,5 %.
- Granjinha, Santa Leocádia e Vale Figueira registam menos de 150 habitantes
- O envelhecimento da população em geral
- Diminuição dos agregados familiares no concelho, no valor de 6 %, com aumento, apenas, na sede de concelho, de cerca de 6,5 %.

A dimensão média de 3,1 pessoas por família, passou actualmente, para 2,9 pessoas por família

- A população activa: 45 %, no sector terciário, 31 %, no sector secundário e 24 %, no sector primário.

-A vinificação e na construção civil verifica-se como tendência das actividades na indústria.

-O sector comercial, em termos do número de empresas, como o mais representativo, a taxa de actividade registada em 2001 era de 35 %, inferior à Região Douro, que regista um valor de 39,4 % enquanto na Região Norte 48 %.

No sector do Turismo:

- Câmara tem sabido aproveitar através da criação de percursos culturais e temáticos as potencialidades do Alto Douro Vinhateiro e o Património Natural do Vale do Tedo e do Távora, a procura turística nestas áreas reflecte a dinâmica desta actividade económica.

Na dinâmica urbanística, verifica-se:

- Ao nível do parque habitacional, a variação verificada entre 1991 e 2001 é positiva, registando um valor médio de +12 %, verificando-se o registo, relativamente à Granja do Tedo regista uma variação de + 27,5 %, Barcos de 26 % e Santa Leocádia cerca de 23 %.

a  
out HP  
July  
A



Ao nível dos equipamentos, a Vila de Tabuaço usufrui de todas as tipologias de equipamentos, encontra-se bem servida, contudo ainda se verificam carências de equipamentos sociais e lúdicos em algumas aldeias e sedes de freguesia.

Ao nível do Sistema Urbano, destaca -se:

Na faixa do Douro, situam-se as freguesias mais populosas, servidas pelas principais vias de comunicação com o exterior;

Nos Vales do Távora e Tedo, as menos populosas, com piores acessibilidades e com pouca dotação de equipamentos como St<sup>a</sup> Leocádia, Pinheiros, Vale de Figueira, Arcos, Paradela, Granginha, Pereiro e Desejosa.

Relativamente às Infra-estruturas básicas, verifica-se:

- 90 % da população está coberta por Rede de Abastecimento Público de Água.

-17 Freguesias do concelho, encontram-se servidas pela Redes de Drenagens de águas residuais, apenas a população dispersa não usufrui destas infra-estruturas, representando 75 % da população servida por sistemas de tratamento;

Relativamente à rede eléctrica, existe a vontade do executivo de, na sede do Município e nas áreas abrangidas pelo Douro Vinhateiro substituir a rede existente por uma rede subterrânea.

Das linhas de estratégia salientam-se como aspectos a reter:

-Ajustar o PDM às necessidades económicas sociais e ambientais actuais e futuras do Município de Tabuaço e da Região Demarcada do Douro.

-Ajustar as áreas urbanas, à realidade actual a definição das novas redes viárias infra estruturantes, com ligação à IP3, ajustar os novos pólos industriais, adequar o desenvolvimento turístico, face à elevação do Douro a Património Mundial.

-Actualização do plano ao novo enquadramento jurídico dos instrumentos de Gestão Territorial.

-Harmonização do PDM com o Plano da Bacia Hidrográfica do Douro, PIOT ADV, e o POARC

De seguida, os representantes da CTA teceram alguns comentários aos elementos apresentados, nomeadamente sobre a Planta de Condicionantes, a Planta de Ordenamento e respectiva Memória Descritiva e o Regulamento.

ca.  
19  
A



### **1º Esboço da Carta de Condicionantes;**

- Foi referida a necessidade de rever a representação das condicionantes, de acordo com as representações gráficas, aprovadas pela DGOTDU. Reverter para esta carta nova definição da REN, de acordo com os critérios, que foram comunicados previamente à equipa. Comprometeu-se a equipa a entregar um documento, em breve, para análise da nova limitação da REN.

-Reverter para esta carta os novos limites da RAN, bem como entregar documento para análise das áreas a desanexar ou a integrar neste domínio.

-No que respeita ao Património, deverá ser limitada a área de "Património Mundial", revista a forma como se encontra marcada e classificada nesta área, para além da identificação das quintas e dos "sítios".

-Deverão fazer parte ainda, da carta de condicionantes as áreas submetidas ao regime florestal, a rede viária florestal, árvores e maciços classificados de interesse público. Deverão ser excluídas as áreas florestais percorridas por incêndios.

Deverão também identificar na Carta de Condicionantes ou em carta anexa, as áreas mistas e sensíveis, identificadas de acordo com a lei do ruído.

### **1º Esboço da Carta de Ordenamento**

Alertou-se a equipa para a necessidade de articulação das políticas sectoriais, com incidência local, nomeadamente a transposição da carta educativa do município. A proposta de ampliação dos perímetros urbanos carece de esclarecimento e justificação, devidamente fundamentada, uma vez que se verifica pelos estudos de caracterização e diagnóstico uma inversão de tendências, em termos de crescimento populacional, mas ao mesmo tempo um aumento no desenvolvimento urbano. Foi equacionada a possibilidade de existências de unidades operativas de reabilitação/qualificação nos núcleos rurais, dentro dos núcleos urbanos.

### **Apreciação de outros documentos.**

No seu regulamento o plano deverá conter para além das orientações estratégicas definidas no PIOTADV, algumas regras para os aglomerados urbanos, e para a preservação paisagística do município na intervenção das áreas agrícolas.

Foram abordados outros sectores ligados à elaboração do PDM, tais como a definição da estrutura ecológica municipal e a obrigatoriedade da definição de critérios de perequação.

Por ultimo ficou acordada uma reunião com a equipa técnica para esclarecimento dos critérios e directrizes para a proposta de delimitação da REN, a realizar na CCDR-N

a.  
est HA  
A



E nada mais havendo a tratar foi dada como encerrada a reunião.

Porto 18 Julho de 2006

Os representantes da C.T.A.:

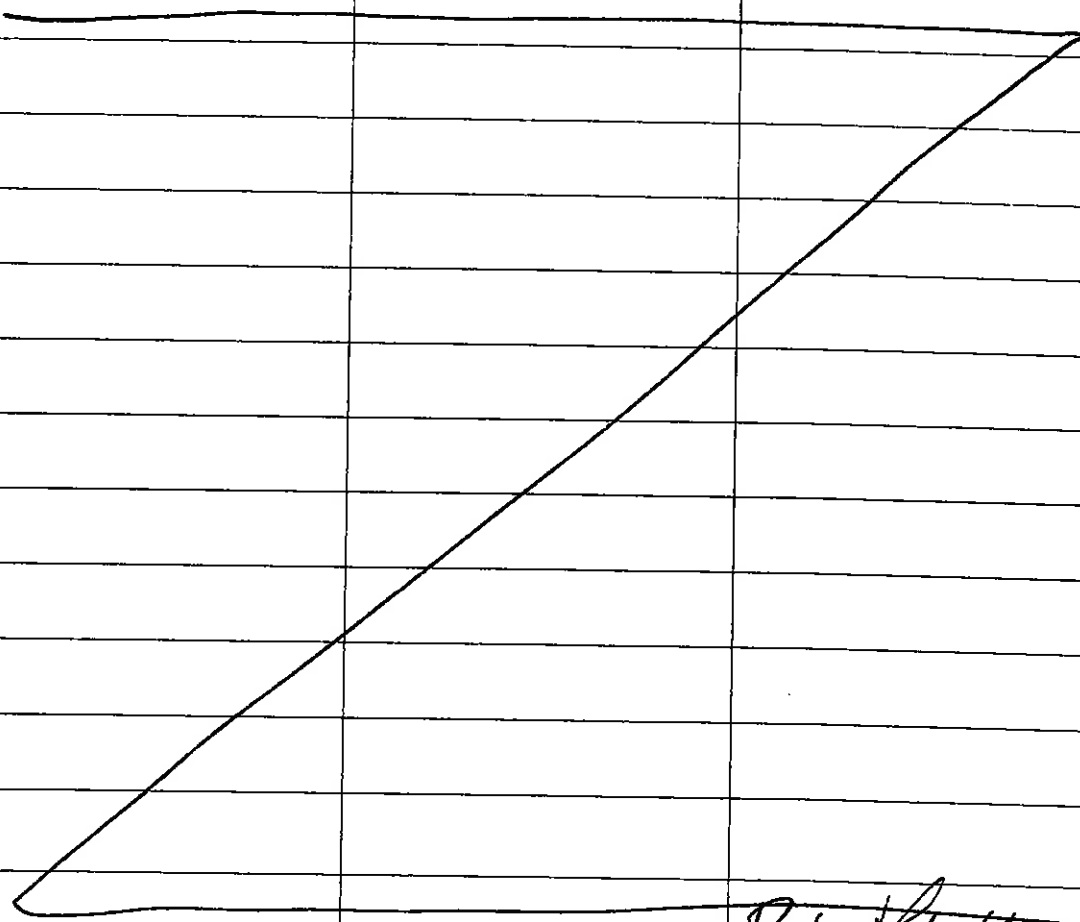
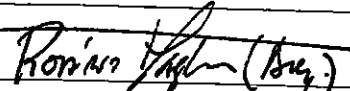
~~João Botelho~~  
João Botelho, Presidente da C.T.A.  
Isabel Maria Costa - VASCO, UZ  
Carleil Batista Taborda Pinto Guedes - PPAR  
Luís Filipe da Silva Pereira  
Alfonso Henrique Cardoso





## PDM de TABUAÇO

2ª Reunião da Comissão Técnica de Acompanhamento do PDM de Tabuaço

Nome (legível)	Entidade	Contacto
CARLA RIBATUA T. PINTO GUEDES	IPPAR	cguedes@ltpar.pt 226197080
ALCINO LOUREIRO	Município de Tabuaço	cm-tabuaço@cm-tabuaço.pt 254780000
ISABEL BRANCO	VASTUS	isab2@supa.pt 254373434
ISABEL MATIAS	VASTUS, LIE	229384758
Carlos Carlos Pinto dos Santos	C. M. Tabuaço	917254580
Fausto Macalheiros	C. M. Tabuaço	254780002
Carlos Carvalho	CM Tabuaço	carloscarvalho@cm-tabuaço.pt 92536843
		
		



## ACTA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO DA REVISÃO DO PDM DE TABUAÇO

No dia 17 de Outubro de 2003 reuniu-se nas Instalações da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento do Norte, rua Fernandes Tomás, 424, Porto, a Comissão Técnica de acompanhamento da Revisão do PDM. Estiveram presentes na reunião os seguintes representantes :

Pela Câmara Municipal :	Dr. José Pinto dos Santos – Presidente da C.M. Engº Alcino Gomes Arqtº Fausto Magalhães
Pela C.C.D.R.-N :	Arqtº Jorge Coutinho
Pelo I.P.P.A.R. :	Arqtª Carla Ribatua
Pela D.R.N.N.E. :	Dr. Carlos Tojeiro
Pela D.G.O.T.D.U.:	Arqtª Margarida Costa
Pela Vastus:	Arqtª Isabel Matias Drª Marta Isabel Rocha

Os representantes da DRATM e do IEP não estiveram presentes por motivos de força maior.

O Presidente da Câmara Municipal iniciou a reunião, expondo as principais vontades e preocupações que serão tratadas no âmbito do Plano, tendo como meta um bom documento, tecnicamente sustentado, com vista a um desenvolvimento equilibrado do concelho, valorizando quer as populações e sua actividade como os vastos recursos naturais e patrimoniais existentes.

Solicitou ainda uma boa colaboração das entidades intervenientes no processo, para um bom andamento dos trabalhos, pelo que os representantes da CTA, puseram-se á disposição da equipa e da C.M. para qualquer esclarecimento sobre assuntos que ás suas entidades digam respeito, se necessário em reuniões sectoriais fora do âmbito das reuniões da CTA.



A equipa do Plano passou á apresentação dos elementos entregues para análise, nomeadamente a caracterização e diagnóstico e as linhas de orientação estratégica, fazendo uma breve resenha do seu conteúdo e, fundamentalmente, quais os objectivos que se pretende atingir para responder positivamente quer ás vontades do município como das entidades com tutela sobre o território.

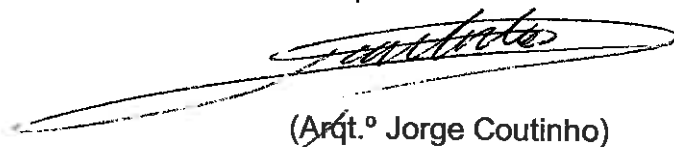
De seguida, os representantes da CTA teceram alguns comentários sobre estes documentos, sendo no entanto unânime que os mesmos se encontram completos e bem elaborados, suporte necessário para se iniciar a fase de elaboração das propostas do Plano.

- Foi referida a necessidade de se efectuar uma análise comparativa da situação existente com o actual PDM em Vigor, verificando-se assim se as propostas e previsões se confirmaram ou se inverteram tendências, quer em termos de desenvolvimento urbano, social e económico.
- Tendo a equipa demonstrado a vontade de não fazer apenas um processo de desafecções da REN, dado que o simples facto de existir nova cartografia originaria discrepâncias na simples transposições das manchas, indo ao encontro das orientações da CCDR-N, foram comunicadas à equipa alguns dos critérios para a nova definição da REN, assim como se disponibilizou esta entidade para reuniões sectoriais com vista á correcta elaboração desta nova delimitação da REN.
- No que ao património se refere, denotaram-se algumas falhas, nomeadamente na falta do limite da área de património mundial, assim como alguma falta de leitura na relação entre as peças desenhadas e o relatório, de difícil consulta, face á inexistência de um índice completo.
- Foi abordada a questão das indústrias poluentes e situadas em áreas urbanas ou próximas destas, e que deviam ser sujeitas a um estudo, caso a caso, e verificar da disponibilidade para a sua deslocalização para zonas industriais
- Foram ainda abordados outros sectores e questões ligadas á elaboração do PDM, como a obrigatoriedade da definição de critérios de perequação, da definição das fontes de ruído e elaboração da carta de ruído (identificação na carta de condicionantes das áreas mistas e sensíveis), definição da estrutura ecológica municipal, carta escolar, estudo aprofundado das questões ligadas á floresta e formas de dificultar a construção nestas áreas.
- Alertou-se a equipa para a necessidade de justificar claramente as propostas que venham a ser apresentadas, nomeadamente a transformação de solo rural em urbano, que recorde-se, tem carácter excepcional de acordo com o D.L. 380/99.



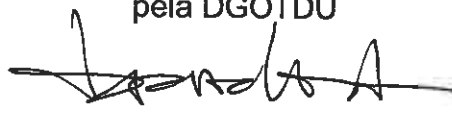
- Assim, a CTA considera que estes documentos entregues finalizam, com pequenas correcções) a fase de caracterização e diagnóstico, podendo a equipa passar á fase de propostas, colocando-se a CTA á disposição da equipa e da C.M. para qualquer esclarecimento, assim como para a realização de reuniões e convocação de outras entidades exteriores à CTA para resolução de questões pontuais.

pela CCDR-N



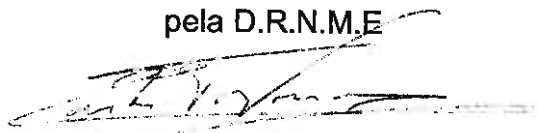
(Arqt.º Jorge Coutinho)

pela DGOTDU



(Arqtª Margarida Costa)

pela D.R.N.M.E



(Dr. Carlos Tojeiro)

pele IPPAR

(Arqt.º Carla Ribatua)

Tabuaço, 17 de Outubro de 2003





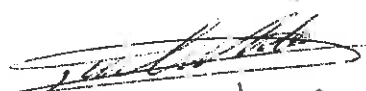

# FOLHA DE PRESENCAS

REUNIÃO NA CCOR-LN - REUNÃO DO PDM DE TABOÃO

17 DE ABRIL 2003

Serge Catimho

MARGARIDA COSTA


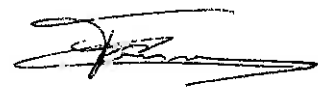
  


CCOR-LN

IGOTAU

CARLA RIBATUA

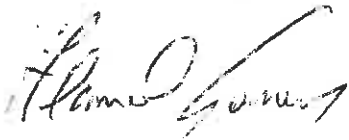
CARLOS TOSEIRO

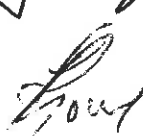
IPPAR

DRE-MOATE

Fausto Rajalhaes



Camara Taboão



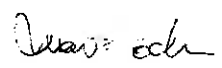
C. Municipal Taboão

Isabel Maria Rocha



VASTUS, Lda

Marta Isabel Rocha



VASTUS, Lda



ELABORAÇÃO DA REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE TABUAÇO  
ACTA DA REUNIÃO

1. Realizou-se em 07-05-02, por meio de video-conferência uma reunião entre a DGOTDU e a DRAOT-Norte, com vista à apreciação do pedido de revisão do PDM de TABUAÇO e elaboração de proposta da constituição da Comissão de Acompanhamento, estando presentes:

No Porto:

representante da DRAOT-Norte: Arqº Jorge Coutinho

representante da CM de Tabuaço: Presidente Dr. José Carlos Pinto dos Santos; Engº Alcino

Em Lisboa:

representante da DGOTDU: Director de Serviços Engº Raul Abrunhosa e Arqº António Oliveira

A reunião iniciou-se às 11,15h com uma exposição das situações consideradas relevantes para a estratégia de desenvolvimento do concelho, definidas no documento justificativo de proposta de revisão do PDM de Tabuaço, em conformidade com a deliberação camarária .

2. Foi apresentada uma proposta de entidades públicas cuja participação se considera aconselhável no âmbito do processo de revisão do plano, bem como referidos alguns aspectos preliminares a ter em conta.

3. Ponderadas as razões apresentadas, com as quais se concorda, considerou-se estarem reunidas as condições para a revisão do P.D.M. de Tabuaço e propor, superiormente para despacho ministerial, a constituição da Comissão Técnica de Acompanhamento da revisão do Plano, sem prejuízo de consulta pontual de outros organismos e de um alargamento às entidades previstas no âmbito do nº2 do artº 75 do D.L. 380/99 de 22 de Setembro, que deverá ter representadas as seguintes entidades:

• Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território Norte	DRAOT - Norte
• Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano	DGOTDU
• Instituto de Estradas de Portugal	IEP
• Direcção Regional de Agricultura de Trás os Montes	DRATM
• Instituto Português do Património Arquitectónico	IPPAR
• Direcção Regional de Economia do Norte	DREN

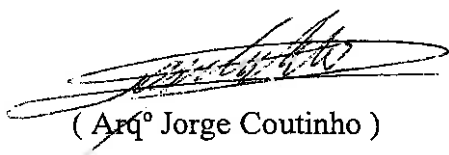
Porto e Lisboa, 7 de Maio de 2002

Esta acta foi lida e aprovada em minuta, sendo assinada posteriormente pelos representantes acima identificados.

Representante da DRAOT

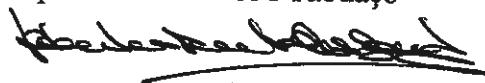
representante da DGOTDU

representante da CM Tabuaço



( Arqº Jorge Coutinho )

( Arqº António Oliveira )



( Presidente Dr. José C. P. dos Santos )



## CÂMARA MUNICIPAL DE TABUAÇO

**Aviso n.º 3489/2002 (2.ª série) — AP.** — *Revisão do Plano Director Municipal de Tabuaço.* — José Carlos Pinto dos Santos, licenciado em Direito, presidente da Câmara Municipal de Tabuaço:

Faz saber que, em conformidade com a deliberação da Câmara Municipal, tomada na sua reunião ordinária realizada no passado dia 14 de Janeiro de 2002, foi mandado rever o Plano Director Municipal face aos fundamentos abaixo enunciados:

O PDM de Tabuaço encontra-se em vigor há mais de sete anos e as condições económicas, sociais e ambientais que determinaram a sua elaboração encontram-se desajustadas das necessidades actuais e futuras do município de Tabuaço e da Região Demarcada do Douro, pelo que urge rever o Plano Director por forma a adequá-lo à nova realidade, designadamente em áreas de construção actualmente deficitárias relativamente ao crescente desenvolvimento dos aglomerados urbanos, bem como a definição das novas redes viárias, infra-estruturantes para o desenvolvimento do concelho, como é o caso da ligação de Tabuaço a Armamar/IP3, novos pólos industriais e no desenvolvimento da componente turística, face à elevação do Douro vinhateiro a património mundial.

Para prossecução dos interesses públicos e harmonização do PDM com o Plano da Bacia Hidrográfica do Douro (*Diário da República*, 3.ª série, n.º 19/2001, de 10 de Dezembro), do PIOTADVI (Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro) e do POARC (Plano de Ordenamento das Albufeiras da Régua e Carrapateiro).

Mais deliberou esta edilidade que o prazo máximo para a conclusão da elaboração da revisão do PDM será de 12 meses a contar da data de elaboração do contrato.

De igual forma foi nomeado o júri do concurso para a prestação de serviços referentes à revisão do PDM, constituído por quatro vogais efectivos e dois suplentes, sendo o procedimento adoptado o do concurso público, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

14 de Março de 2002. — O Presidente da Câmara, *José Carlos Pinto dos Santos*.

## CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES NOVAS

**Aviso n.º 3490/2002 (2.ª série) — AP.** — Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por despacho do vice-presidente datado de 6 de Março do corrente ano, foi renovado por mais um ano, a partir de 1 de Maio de 2002, o contrato de trabalho a termo certo celebrado com *Silvia Raquel Mota Martins*, com a categoria de técnico profissional de 2.ª classe (desenhador).

8 de Março de 2002. — O Vice-Presidente da Câmara, *Pedro Paulo Ramos Ferreira*.

## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

**Aviso n.º 3491/2002 (2.ª série) — AP.** — Para os devidos efeitos se faz público que, por deliberação de 4 de Março de 2002, foi decidido submeter à apreciação pública, nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, o projecto seguinte:

### Regulamento dos Serviços de Abastecimento de Água e Saneamento do Município de Valongo

#### Preâmbulo

Impõe a cláusula 43.ª do contrato de concessão, celebrado com a Câmara Municipal de Valongo, que esta empresa proceda à elaboração do Regulamento dos Serviços de Água e Saneamento, para vigorar durante o período de concessão, com total observância das recomendações e instruções emanadas pela concedente.

Em obediência a esta disposição, faz-se presente o projecto de Regulamento, que traduz o empenhamento da Águas de Valongo, S. A., em assegurar o bom funcionamento dos sistemas de distribuição pública e predial de água e de drenagem de águas residuais, preservando-se, assim, o equilíbrio urbanístico, a segurança, a saúde pública e o conforto dos utentes.

Entendendo, ainda, que é imperativo acautelar os interesses dos utilizadores, estabelecendo de forma clara e inequívoca as obrigações e direitos da concessionária e dos consumidores e utentes no respeito pleno pelas disposições legais e regulamentares já consagradas.

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, na alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e do n.º 2 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 207/94, de 6 de Agosto, propõe-se a aprovação do Regulamento dos Serviços de Abastecimento de Água e Saneamento do Município de Valongo.

O presente projecto de Regulamento foi sujeito à aprovação pública nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo

## TÍTULO I

### Disposições gerais

#### ARTIGO 1.º

##### Objecto

O presente Regulamento tem por objecto definir as condições pelas quais se deverá reger a utilização da água da rede pública de distribuição, bem como o sistema de drenagem pública e predial de águas residuais, adiante designados por sistema, de forma a que seja assegurado o seu bom funcionamento global, preservando-se:

- a) A segurança;
- b) A saúde pública;
- c) O conforto dos utentes.

#### ARTIGO 2.º

##### Âmbito de aplicação

O presente Regulamento aplica-se a todos os prédios de carácter habitacional, comercial, industrial ou outros, construídos ou a construir na área do concelho de Valongo e que utilizem, ou venham a utilizar, a rede pública de distribuição de água e ou a rede do sistema público de águas residuais para descarga dos seus efluentes líquidos domésticos e industriais.

#### ARTIGO 3.º

##### Obrigações da entidade gestora

1 — Compete à entidade gestora, adiante designada por EG:

- a) Fazer cumprir o presente Regulamento;
- b) A concepção, construção e exploração dos sistemas públicos de abastecimento de água e drenagem de águas residuais;
- c) Garantir a execução dos ramais de ligação e a instalação de contadores, bem como a respectiva manutenção e conservação;
- d) Submeter os componentes do sistema público, antes de entrarem em serviço, a ensaios que assegurem a perfeição do trabalho executado;
- e) Garantir a manutenção dos sistemas públicos em bom estado de funcionamento e de conservação;
- f) Garantir a continuidade do serviço, excepto por razões de obras programadas, caso em que tem a obrigação de avisar os utentes, ou em casos imprevistos, em que devem ser tomadas medidas imediatas para resolver a situação no mais curto espaço de tempo possível;
- g) Fornecer água a qualquer pessoa ou entidade que o solicite nos termos do presente Regulamento;
- h) Fornecer sempre água com a qualidade imposta pela legislação em vigor, salvo no caso de ocorrência de circunstâncias excepcionais devidamente justificadas;
- i) Informar de imediato a Câmara Municipal, bem como outros organismos competentes nesta matéria, de qualquer alteração na qualidade da água que possa ter qualquer consequência, directa ou indirecta, para a saúde pública;
- j) Ter sempre ao dispor dos consumidores e da Câmara Municipal todos os elementos comprovativos do cumprimento da legislação relativa à qualidade da água.

